

HABEAS CORPUS Nº 548.352 - PR (2019/0355652-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : GUSTAVO MARCHI BENTO
ADVOGADO : Gustavo Marchi Bento - SC054854
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ALEX MARCHI PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de medida liminar, impetrado por ALEX MARCHI PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná nos autos do HC 48899-47.20119.8.16.0000.

Consta dos autos que o paciente cumpria sua reprimenda em prisão domiciliar para tratamento de saúde - portador de HIV. O referido benefício foi revogado em razão da melhora do seu estado físico. Em sequência, tendo sido flagrado com a tornozeleira adulterada, decretou-se a sua regressão ao regime prisional fechado (decisão de fls. 47/49).

O Tribunal de origem, por sua vez, não conheceu do *writ* originário conforme acórdão de fls. 13/33.

Na presente impetração, sustenta a defesa que a simples revogação da prisão domiciliar seria medida proporcional a ser tomada no caso concreto. Acrescenta que "mormente consideradas as condições específicas do paciente, o 'aparente cometimento de falta grave' - consubstanciada na cobertura da tornozeleira eletrônica com papel alumínio - não autoriza a regressão de regime".

Requer "a suspensão liminar da cautela determinada pelo juízo da execução, conservando o cumprimento (antecipado) da pena no regime semiaberto)". No mérito, pugna pela concessão da ordem a fim de determinar a manutenção do paciente no regime semiaberto.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as

Superior Tribunal de Justiça

alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo das execuções a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator